

UMA NOVA SOCIEDADE

Vim para São Paulo com sete anos de idade e, para sobreviver, vendi muita coisa na rua. Poderia ter sido mais uma criança abandonada. Elas são sete milhões. Vocês se dão conta de que isso equivale a toda a população do Rio de Janeiro? Mesmo que não houvesse nenhum outro motivo, este já seria suficiente para propor urgentes mudanças, acima de sistemas e de ideologias. Um país que não respeita suas crianças não respeita a si próprio.

Mas esse não é o único motivo que nos leva a propor mudanças. Muitos outros foram explicados nesta série, que resumiu nosso diagnóstico sobre a situação do país e nossas principais propostas de governo. Vale a pena uma pequena síntese.

O primeiro fascículo discutiu a necessidade de adotarmos um novo padrão de desenvolvimento econômico, que garanta duas coisas fundamentais: distribuir a renda nacional e retomar o ritmo histórico de crescimento. Para isso, é necessário suspender o pagamento da dívida externa, rejeitar qualquer receita econômica recessiva, combater os abusos dos grandes grupos econômicos, aumentar os salários de base em termos reais, democratizar as estatais e acabar com a ciranda financeira.

No segundo fascículo defendemos a reforma agrária e propusemos um novo modelo agrícola, que fortaleça a pequena e média propriedades e dê prioridade ao mercado interno brasileiro. Exportar é importante, mas em primeiro lugar está o nosso povo. Depois, discutimos a democratização do Estado, com o fortalecimento do poder civil, a recuperação do Judiciário, uma nova política para os meios de comunicação de massa e o aumento da participação popular nos processos de decisão.

O quarto fascículo teve como idéia central a reforma urbana. Habitação, uso do solo, transportes e educação foram discutidos, tendo em vista cidades mais humanas e igualdade de oportunidades para todos.

Este fascículo completa a série. Direitos dos trabalhadores, saúde, mulheres, racismo, crianças e outros assuntos aparecem agora.

Em todos os temas da série, mostramos como o resultado do trabalho social é apropriado, no Brasil, por uma minoria que conta com as políticas governamentais a seu favor. O próprio funcionamento do sistema econômico garante e reproduz esses privilégios. Os capitalistas podem aumentar todos os dias os preços de suas mercadorias, dentro da mais perfeita ordem; quando os trabalhadores pretendem aumentar seus salários, têm que recorrer a mobilizações custosas, logo apresentadas como sinal de desordem.

Isso não é justo. É preciso mudar a sociedade. Erradicar a miséria, alimentar adequadamente toda a população, universalizar o acesso à escola e à cultura, acabar com as grandes endemias, combater as discriminações, recuperar a soberania nacional – eis um programa básico para todas as forças democráticas. Nosso objetivo é o socialismo, ou seja, uma sociedade em que o trabalho coletivo seja usado em benefício de todos, em que a terra não seja objeto de especulação, em que a liberdade não seja figura de retórica.

Mas entendemos que todas as principais mudanças de nosso programa precisam começar desde já. É possível ajudar o novo a nascer, fazendo desta campanha e

do exercício da Presidência da República alavancas poderosas para a conquista da democracia, da justiça social e da soberania nacional.

Luiz Inácio Lula da Silva

CONQUISTAS INSUFICIENTES

Ao final da longa batalha da Constituinte, empresários, órgãos de imprensa e autoridades uniram-se numa campanha terrorista. Segundo eles, os Direitos Sociais inscritos na nova Carta inviabilizariam a economia nacional, tornando o Brasil ingovernável.

A mentira tinha alta dose de cinismo. Passou-se um ano e os problemas centrais da economia nada têm a ver com a vigência dos novos dispositivos, ao passo que a solidez do governo é tão ínfima quanto antes. O cinismo consistiu em tratar como se fossem um festival de benefícios aquelas conquistas que, na verdade, haviam sido modestas, limitadas e ainda muito distantes das reais necessidades vividas pela classe trabalhadora.

De fato, a Constituição de 1988 trouxe alguns avanços em questões como o direito de greve, jornada de trabalho, férias, licença-maternidade e outras. Mas uma grande parte das injustiças que marcam as relações de trabalho no Brasil podiam e deviam ser combatidas através do novo texto constitucional, e não o foram, por força da intransigência das forças conservadoras.

Reduziu-se a jornada para 44 horas, mas continuamos atrás do México, Argentina, Peru e até do Paraguai, para citar apenas países latino-americanos onde se trabalha 40 horas por semana. Sacramentou-se na Constituição o direito de greve, mas a cultura repressiva de nossas elites prosseguiu falando mais alto, como se atestou, por exemplo, com a intervenção homicida do Exército em Volta Redonda.

Os porta-vozes do capital reclamaram do acréscimo de 50% sobre as horas extras e de 1/3 sobre as férias, mas na verdade tinham vencido uma disputa muito mais importante na questão da estabilidade no emprego, onde não deram qualquer chance aos mais de 5 milhões de trabalhadores que são demitidos anualmente, no Brasil, a bel-prazer da tão badalada "iniciativa privada".

Em resumo, a agitação levada a cabo pelas forças reacionárias nunca teve apoio nos fatos. Valeu, unicamente, como reafirmação da mentalidade medieval que predomina em largos setores do empresariado. Aliás, quem pesquisar os debates de um século atrás, vai se impressionar com a semelhança existente entre os argumentos da recente campanha terrorista e aqueles utilizados pelos fazendeiros que se opunham à extinção do trabalho escravo. A lógica que inspirava as oligarquias a se manifestarem contra a Abolição permanece viva, com alguma sofisticação, em boa parte do pensamento patronal que se expressa através de entidades como a FIESP, CNI e muitas outras.

Em oposição frontal a essa postura de encarar os trabalhadores como inimigos, a Frente Brasil Popular considera que a adoção de um profundo compromisso com a ampliação de todos os direitos desses 50 milhões de brasileiros que constroem a nação com seu suor, é a pedra mais central do programa voltado para a democratização de nossa vida social.

O pano-de-fundo da defesa desses direitos está localizado na modificação que implantaremos na política salarial e no perfil de distribuição da renda, conforme já expusemos no fascículo que abriu esta série. A esta mudança básica será necessário acrescentar um conjunto de iniciativas destinadas a garantir o

cumprimento de inúmeras conquistas legais já obtidas, bem como a sua ampliação.

Como ponto de partida, o Governo Lula-Bisol não será conivente com o desrespeito generalizado à lei, que começa pelo fato de apenas 40% dos assalariados possuírem carteira de trabalho assinada. Não conciliará, também, com a inoperância que se verifica na fiscalização a cargo das Delegacias Regionais do Trabalho, nem com o caos instalado há muito tempo na Justiça Trabalhista, onde as Juntas de Conciliação e Julgamento estão abarrotadas de vícios e de processos. Um levantamento preliminar acusa a necessidade de implantação imediata de pelo menos outras 150 juntas.

Defendemos que representantes dos trabalhadores participem da gestão de todos os fundos constituídos com seus recursos. Entre eles, destaca-se o FGTS, cuja destinação, desde a década de 60, foi desvirtuada: apenas 20% do montante arrecadado se dirigiram para a construção de moradias populares.

Além disso, o FGTS alimenta farta especulação, pois antes de entrar na conta do trabalhador permanecia, em média, 56 dias aplicados pelas empresas, bancos e pela própria Caixa Econômica no mercado financeiro. Calcula-se que só em 1988 essa forma de gestão causou, aos trabalhadores, perdas de 160 milhões de OTNs, suficientes para construir 133 mil habitações populares ou 399 mil lotes urbanizados. O trabalho da bancada federal do PT foi fundamental para forçar as mudanças recentes introduzidas na legislação que, no entanto, não atenderam a todas as propostas contidas no anteprojeto de Lula.

Entre elas, constava a participação majoritária dos trabalhadores no Conselho Curador, a correção monetária mensal a partir do segundo dia de efetivação dos depósitos, uma taxa de juros igual à da Poupança (6% ao ano) e a garantia de que 70% dos recursos do FGTS sejam destinados à construção de moradia para quem recebe até 5 salários mínimos.

Os passos iniciais no governo da Frente Brasil Popular, no programa de ampliação dos direitos dos trabalhadores, incluirão pelo menos sete medidas:

1. auditar imediata e rigorosamente o FGTS e o PIS/PASEP;
2. implementar, através do Congresso Nacional, a regulamentação de todos os dispositivos constitucionais relativos aos trabalhadores;
3. elaborar um anteprojeto de novo Código do Trabalho, em substituição à CLT, e de um Código de Processo do Trabalho;
4. tornar as Delegacias Regionais do Trabalho órgãos eficientes de fiscalização do cumprimento da legislação e das condições de trabalho a que estão submetidos os assalariados;
5. estabelecer um programa nacional de prevenção aos acidentes de trabalho, implementando uma fiscalização rigorosa das condições de segurança e saúde no trabalho;
6. regulamentar as penalidades aos transgressores da legislação do trabalho, com a sua responsabilização administrativa e judicial.

PREVIDÊNCIA

Área especial de interesse será a reestruturação de todo o sistema previdenciário brasileiro.

O Ministério da Previdência responde hoje por 32 milhões de segurados e está estruturado em cinco entidades principais, que consomem os seguintes percentuais orçamentários, segundo dados de 1986: INPS (70,0%), INAMPS (25,2%), LBA (1,6%), FUNABEM (0,3%) e IAPAS (2,9%). Paga mensalmente 12 milhões de benefícios, utilizando-se de 184 mil funcionários, o que corresponde a quase 1/3 de todo o funcionalismo federal.

Mergulhada em desequilíbrio financeiro neste governo – o déficit estimado para 1990 é de 6,2 bilhões de cruzados novos -, a Previdência vem deteriorando ano a ano a qualidade dos serviços de assistência e trava uma vergonhosa queda-de-braço com os aposentados e pensionistas, atrasando pagamentos e resistindo, por todos os meios, à s determinações legais e constitucionais sobre reajuste dos benefícios. Esse procedimento fica ainda mais injustificável quando se leva em conta que os benefícios previdenciários pagos atualmente são miseráveis, não excedendo a média de 1,5 salários mínimos por segurado.

As mudanças que o governo da Frente Brasil Popular introduzirá na Previdência podem ser assim resumidas:

Gestão: participação dos trabalhadores, usuários, aposentados, pensionistas e empregadores nas decisões e no controle da Previdência Social;

Benefícios: garantir a toda a população, independente de sua capacidade de contribuir, os meios necessários para uma proteção em caso de doença, velhice, invalidez, morte, encargos familiares e desemprego; extinguir a diferenciação entre os benefícios concedidos aos trabalhadores rurais e urbanos;

Financiamento: diversificar a base de incidência da contribuição dos empregados, de modo que as receitas fiquem menos expostas à s oscilações da economia. A contribuição do empregador com base no lucro e no faturamento é alternativa a ser considerada. Garantir o cumprimento das obrigações do Estado junto à Previdência. Cobrar todas as dívidas de particulares e de organismos públicos. Reduzir as alíquotas de contribuição de trabalhadores em faixas salariais mais baixas e ampliar o teto de contribuição, como forma de corrigir a forte regressividade que se constata nesses descontos.

Fiscalização: estabelecer imediatamente uma comissão de auditagem que, auxiliada pelo Tribunal de Contas da União, levantará o montante da dívida da União para com a Previdência, bem como a relação de todos os devedores da iniciativa privada. Implementar a fiscalização da arrecadação, com penalização dos sonegadores;

Administração: agilizar o processo administrativo de arrecadação e pagamento de benefícios, através de sua completa informatização.

TEM CURA

O modelo capitalista que tem sido imposto aos brasileiros produziu reflexos graves na qualidade da saúde da população. Todos os seus principais indicadores fazem forte contraste com as festejadas realizações nacionais no plano da economia.

Lá pelos anos 50 era comum apresentar cifras alarmantes sobre saúde, em especial de áreas como o Nordeste, explicando-as como malefícios de uma economia pobre, de base agrária. No entanto, com todo o crescimento urbano e industrial das últimas décadas, ainda hoje esses números impressionam.

Em 1988, registraram-se 566 mil casos novos de malária; estima-se entre 6 e 8 milhões o número de brasileiros infectados por esquistossomose; gira em torno de 6 milhões o total de chagásicos; são 240 mil os hansenianos (leprosos).

Anualmente, ocorrem 100 mil novos casos anuais de tuberculose, e reaparecem doenças que estiveram sob controle desde as primeiras décadas deste século, como a dengue. Milhões de pessoas são portadoras de algum tipo de distúrbio mental.

A desnutrição que cerca mais de 40 milhões, aliada aos vergonhosos números de nossa rede de saneamento, mantém na altura dos vários milhões o total de atingidos por parasitoses intestinais desde a mais tenra infância.

São elas as principais causas da mortalidade infantil, cuja taxa no Brasil se mantém em torno de 65 por 1000 nascidos vivos; bem maior que a registrada na Venezuela (36), Argentina (33), Uruguai (27) e Cuba (15).

O país enfrenta, ainda, graves desafios sanitários sem demonstrar nenhuma seriedade. O caso mais escandaloso está associado à pandemia de AIDS, que desnudou a podridão de uma parcela de nossos serviços médicos. O descaso governamental, a ganância capitalista, a criminosa ansiedade por lucros vêm provocando o assassinato – a palavra é essa mesmo – de milhares de brasileiros, sendo que uma boa parte é vitimada por transfusões de sangue contaminado.

E não cabe argumentar que o descaso homicida está restrito apenas ao comércio-tráfico de sangue. O Brasil ocupa o terceiro lugar mundial em número absoluto de casos de AIDS, sem que esteja definida qualquer política pública capaz de normatizar o problema do sangue ou incorporar plenamente à cidadania os grupos humanos mais expostos aos riscos da síndrome. Essa situação contraria o próprio texto da Constituição de 1988, que proibiu a comercialização de sangue e de seus derivados.

FONTE DE LUCROS

Na configuração dos serviços de saúde podemos encontrar uma das faces mais perversas da política oficial de favorecimento da iniciativa privada em prejuízo da coletividade. Nos últimos 20 anos, ergueu-se e consolidou-se mais um ramo de acumulação capitalista no Brasil: saúde. O Estado pouco investiu na implementação de serviços públicos, preferindo subsidiar o desenvolvimento de um amplo setor privado de prestação de assistência médica, com recursos provenientes da Previdência.

Isso foi facilitado pela exclusão dos trabalhadores no acompanhamento e gestão dos organismos da Previdência, bem como pela criação de elos entre a tecnoburocracia estatal e os grupos empresariais da área de saúde. Estes cresceram e auferiram lucros consideráveis, através de dois filões principais:

- a) Serviços hospitalares, representados na sua maioria pela Federação Brasileira de Hospitais (FBH). Esse ramo conseguiu beneficiar-se, na década de 70, de financiamentos públicos através da Caixa Econômica Federal, sendo mantido, hoje, pelo SUDS (Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde) para atender os segurados da Previdência;
- b) Convênios das empresas de Medicina de Grupo, representadas pela Abramge (Associação Brasileira de Medicina de Grupo). Nesse ramo verifica-se o casamento de interesses entre os empresários médicos, por um lado, e os objetivos de lucratividade e controle sobre o trabalhador, por parte das empresas industriais, financeiras e comerciais.

No mesmo período em que financiou a expansão da rede particular, o Estado diminuiu os recursos aplicados na prestação de serviços públicos, produzindo uma alta concentração de leitos hospitalares no setor privado. Além disso, durante a década de 80, cerca de 85% das dotações federais destinadas à saúde foram dirigidas aos serviços hospitalares, geralmente de custos elevados, enquanto foram insignificantes as verbas endereçadas ao controle de doenças transmissíveis, ficando restritas aos momentos de surto epidêmico as iniciativas para combatê-las.

Por fim, cabe recordar que nos principais centros industriais do país a Medicina do Trabalho está completamente subordinada aos convênios realizados entre empregadores e empresas de Medicina de Grupo, gerando-se um tipo de tratamento que é predominantemente orientado pela óptica do interesse capitalista.

A conclusão que pode ser extraída dessa descrição é clara: o setor de saúde no Brasil está gravemente enfermo. Assim como está estruturado, não pode contribuir, em nada, para corrigir as desigualdades de nossa realidade social. Mas a doença tem cura, desde que se decida modificar, de alto a baixo, todas as políticas governamentais que, direta ou indiretamente, se refletem nesse campo. E isso constitui um compromisso fundamental da Frente Brasil Popular.

BASES DA NOVA POLÍTICA DE SAÚDE

Para a Frente Brasil Popular, os problemas de saúde da população não se resolvem apenas com assistência médica, remédios e hospitais. A base mais fundamental de nossa intervenção começa nas políticas gerais de governo, na questão do salário, habitação, educação, saneamento, reforma agrária etc. Água limpa, escoamento adequado de dejetos e boa alimentação são três pilares sem os quais não se faz política de saúde.

Estamos decididos a resgatar a noção de saúde como um direito de todos e dever do Estado. É preciso assegurar o acesso universal, igualitário e gratuito às ações preventivas, curativas ou de reabilitação, sem qualquer discriminação.

O setor privado que se construiu e se mantém financiado pelo setor público deve ser tratado com o máximo rigor. Deverão ser estatizados os serviços que funcionem como monopólios lucrativos, sem equivalentes no setor público, assim como setores estratégicos da indústria farmacêutica e de equipamentos.

A construção de um Sistema único de Saúde – SUS – será uma medida central em nosso esforço para garantir uma completa mudança na situação de saúde do país. O SUS terá como características básicas a descentralização através dos estados e municípios, o caráter integral do atendimento e demais ações de saúde, o comando único em cada esfera de governo, a participação e controle dos usuários sobre a formulação e execução das políticas de saúde.

As atribuições do governo federal relativas ao SUS deverão estar a cargo de um único ministério, o da Saúde, esvaziando-se o papel do INAMPS.

A atividade do SUS não ficará restrita à assistência médica. Compreenderá também vigilância sanitária, promoção nutricional, ações de saneamento, formação de recursos humanos, desenvolvimento de ciência e tecnologia etc.

A transferência de recursos para os estados e municípios não seguirá mais os esquemas de clientelismo hoje dominantes. Obedecerá a critérios objetivos, como o perfil demográfico de cada área, o quadro de doenças e mortalidade da população atendida e a natureza dos serviços já existentes no local.

Os serviços privados, quando necessários à complementação dos serviços públicos, serão contratados e ficarão submetidos a todas as normas de gestão do SUS, incluindo-se a obrigatoriedade de atendimento equânime, gratuito e universal. Os serviços privados que estejam excluídos do SUS não receberão nenhum tipo de recurso público.

Além de fortalecer o setor público, nossa política de governo terá como objetivo a construção de um novo padrão de atendimento. Isso exige mudanças também no esquema de trabalho de todos os profissionais da área. Para tanto, será adotada uma política salarial que valorize o funcionalismo de saúde, promovendo-se ao mesmo tempo uma verdadeira revolução cultural no tipo de relacionamento que se estabelece entre servidor público e população.

Superadas as injustiças hoje existentes na estrutura do serviço público – e logicamente isso não vale apenas para a saúde –, o novo governo exigirá de todos os profissionais da área uma nova postura ética, profundamente compromissada com as necessidades da população.

MAIORIA OPRIMIDA

As mulheres são discriminadas na sociedade brasileira. Somam, hoje, 73 milhões, um pouco mais que a metade da população do país. Não são minoria, portanto, embora sejam tratadas assim em certos discursos favoráveis à valorização do "sexo frágil."

Além da exploração de classe, que se abate sobre a maioria dos brasileiros, as mulheres estão submetidas a uma opressão de sexo, que impõe uma rígida divisão de trabalho e de papéis sociais. Isso produz reflexos na esfera econômica, social, política e ideológica.

Para mudar essa situação, não basta conscientizar a sociedade a respeito da real situação da mulher, embora seja esse um passo necessário. É preciso aplicar um verdadeiro programa de políticas públicas que combatam diretamente as formas de discriminação e de opressão.

Para formular essas políticas, é preciso partir de um diagnóstico preciso da realidade.

Em primeiro lugar, tem aumentado significativamente o número de mulheres que trabalham fora de casa. De cada 100 com mais de 10 anos, 18 tinham emprego em 1970. Em 1987, esse número já tinha subido para 37. Foram as casadas, com filhos, que mais aumentaram sua participação no mercado de trabalho. De cada 100 mães de filhos maiores de 7 anos, 41 passaram a ter atividades econômicas na década de 80, quando menos de 25 o faziam em 1970. Constatase, pois, que a tendência histórica é de crescimento da incorporação da mulher ao processo produtivo. Lógico que o trabalho feminino é desejável, mas desde que não signifique dupla jornada, que haja creche suficiente e que a remuneração seja igual para trabalhos iguais feitos por pessoas dos dois sexos. Infelizmente, não é este o caso brasileiro.

Os salários recebidos por trabalhadores e trabalhadoras são bastante desiguais. Na faixa que recebe até um salário mínimo, estão 34% da mão-de-obra masculina e 58% da feminina. Apenas 7,2% das mulheres ganham mais que cinco salários mínimos, enquanto 16,5% dos homens estão nessa faixa. O desnível entre as oportunidades de contratação e ascensão profissional oferecidas aos homens e às mulheres está por trás das desigualdades salariais.

É seguro que todos estes números ainda estão abaixo do que realmente ocorre. As estatísticas oficiais não registram uma boa parte do trabalho das mulheres, como as atividades descontínuas do mercado informal, a pequena produção e a produção domiciliar. Não revelam, também, a dupla jornada, representada pela realização simultânea de atividades domésticas e de trabalho remunerado.

A inexistência de infra-estrutura de apoio, como creches para todas as famílias (e não apenas para quando se trabalha fora), reserva às mulheres o papel de responsáveis únicas pelo bem-estar do grupo familiar. Em 1984, 76% das crianças com idade até 6 anos não estavam na pré-escola e 69% das pessoas menores de 18 anos moravam com suas mães.

O índice de mortalidade materna no Brasil é um dos mais altos do mundo. Tal índice é medido pelo número de mulheres que morrem por causa de complicações na gravidez, parto e pós-parto, incluindo o aborto, dividido por 100

mil crianças nascidas vivas no mesmo período. No Brasil, esse índice é de 170, enquanto em Cuba é apenas 26.

Em 1984, 70 mil mulheres morreram de complicações de parto ou aborto, por falta de atenção médica. É crescente a percentagem de mulheres brasileiras esterilizadas, em grande parte como fruto de programas orientados pelos interesses estratégicos de grandes metrópoles capitalistas, preocupadas em reduzir a população dos países dependentes, como medida de segurança contra explosões sociais.

Todos esses números equivalem a uma nítida radiografia da atual situação de desigualdade. Mas, fora dos números, há ainda muito que registrar nesse diagnóstico. Direitos constitucionais e trabalhistas são mais descumpridos no caso da mulher, e cresce assustadoramente o número de denúncias sobre perseguições no trabalho e exigência de controle da fertilidade.

A tudo isso é preciso acrescentar, ainda, a prática generalizada de violências: abuso sexual de meninas, espancamentos em casa pelo marido, desrespeito nas ruas, estupro. Até mesmo na atual campanha presidencial, espetáculos de machismo explícito têm sido apresentados: um candidato da extrema-direita notabilizou-se por uma frase escandalosa admitindo o estupro, ao condenar o assassinato, enquanto outro respondeu de maneira indesculpável a uma jornalista que o entrevistava.

Reconhecendo a opressão existente hoje e identificada com as lutas do movimento de mulheres, a Frente Brasil Popular aceita o desafio de buscar, através de medidas concretas de governo, os mecanismos que permitam às mulheres plena igualdade nas oportunidades do mercado de trabalho, na educação e em todos os aspectos da vida social.

Com isso, estaremos contribuindo para eliminar, mesmo nas convicções mais arraigadas das pessoas, todas as formas de desigualdade entre homens e mulheres, hoje presentes em nossa sociedade.

NOSSAS METAS

1. Para garantir os direitos da mulher no trabalho
 - fiscalização rigorosa dos direitos trabalhistas integrais da mulher trabalhadora, da gestante, da doméstica e da trabalhadora rural;
 - aplicação do princípio: trabalho igual, salário igual;
 - promoção de políticas que visem a profissionalização da mulher e assegurem seu acesso ao mercado de trabalho, sem restrições;
 - punição de toda discriminação por sexo ou estado civil.
2. Para proteger a saúde e os direitos reprodutivos da mulher
 - implantação de uma política de saúde para a mulher, que envolva todas as fases de sua vida, integrando sexualidade, menstruação, prevenção do câncer, fertilidade, gestação ou interrupção da gravidez;
 - garantia do direito de optar pela maternidade, com acesso à contracepção através de métodos não nocivos à saúde;
 - regulamentação e fiscalização da esterilização, para evitar abusos provocados pela esterilização massiva e indiscriminada;
 - implantação da assistência obrigatória, na rede pública de saúde, para os casos de aborto previstos em lei;
 - incentivo ao debate sobre uma legislação que amplie o direito de interrupção de uma gravidez indesejada e reduza radicalmente a mortalidade materna causada pela deficiência de atendimento na gestação, no parto ou aborto.
3. Para defender a integridade e a dignidade da mulher
 - promoção de medidas que garantam a defesa e a segurança da mulher contra a violência, através da criação e ampliação de serviços de atendimento jurídico e psicológico, delegacias especializadas e abrigos para as vítimas de violência;
 - políticas preventivas junto à população, incluindo os meios de comunicação de massa, denunciando todas as formas de violência pública e privada contra as mulheres, conscientizando contra todas as formas de discriminação e opressão sexual.
4. Para incentivar a divisão do trabalho familiar entre homem e mulher
 - programas para criação de lavanderias e refeitórios públicos nos bairros e nos locais de trabalho;
 - programas para criação de creches e escolas para todas as crianças até seis anos de idade;
 - programas para a criação urgente de vagas nas escolas para todas as crianças de 7 a 14 anos.
5. Para implantar uma educação favorável à igualdade
 - promoção de políticas visando a eliminar os preconceitos e estereótipos sexuais na educação e nos manuais escolares.
6. Para formular, coordenar e executar tais políticas
 - criação de um organismo de alto nível que tenha poder e atribuições para levar esse programa à prática.

ESCRavidÃO PELO RACISMO

**"Presas nos elos de uma só cadeia,
A multidão faminta cambaleia,
E chora e dança ali!
Um deraiva delira, outro enlouquece,
Outro, que de martírios, embrutece,
Cantando, geme e ri!"**

Com versos duros, Castro Alves denunciava, há mais de cem anos, o crime vil do tráfico de escravos no navio negreiro. O tempo passou, já não existe a escravidão institucionalizada. Há muito tempo nossas Constituições asseguram a igualdade entre todos. Mas o preconceito, a discriminação, a exploração diferenciada sobre a população negra ainda estão muito longe de serem coisa do passado.

Somos, depois da Nigéria, a segunda nação negra do mundo.

Entretanto, não é esta a imagem de Brasil proclamada em prosa e verso pelos grandes meios de comunicação. A julgar pelos tipos humanos que aparecem na TV, nos comerciais, nas capas de revistas, nos livros didáticos, a imagem do Brasil é a de um país essencialmente branco. Quando muito, é veiculada a imagem de negros desempenhando, sempre, papéis secundários e subalternos em qualquer enredo: motoristas, empregadas domésticas, malandros do morro, sambistas. Nesse padrão publicitário e televisivo, a beleza é identificada com o mundo do branco, enquanto o mundo do negro vem associado ao feio, ao inferior e, no máximo, ao pitoresco e divertido.

A ideologia difundida por esses canais expressa muito mais do que uma opinião pessoal dos profissionais de comunicação. Representa uma opção cínica do Estado brasileiro e porque não dizer da sociedade também. Estado e sociedade têm sido cúmplices, até nossos dias, na sustentação do mito que representa a maior de nossas farsas nacionais: o mito do paraíso racial, da democracia racial.

Esse mito – como qualquer outro – existe para esconder e mascarar a realidade, preservando interesses, neutralizando zonas potenciais de conflito e solapando a identidade negra.

Proclama-se, a democracia racial como forma de escamotear um modelo de relações sociais no qual o racismo gera lucro, preserva privilégios e dificulta a organização da população negra. O Estado que nega a existência de desigualdades raciais é o mesmo que nunca moveu uma palha para combater o racismo, ao mesmo tempo em que desenvolve amplo relacionamento com o regime racista da África do Sul.

Nos últimos anos, em resposta à atuação do movimento negro, o governo brasileiro tem maquiado seu discurso, propondo que a questão racial seja tratada no âmbito da cultura. Ora, não há dúvida de que o patrimônio cultural da população negra, bem como suas tradições religiosas, deve merecer um novo tratamento, respeitando suas peculiaridades. No entanto, se é verdade que o racismo possui uma dimensão ideológico-cultural que oprime a população negra,

é mais verdade ainda que essa opressão está presente com violência no campo da organização social, da economia e também da vida política.

No âmbito social, basta invocar a rígida imobilidade em que se mantém presa a população negra, com pouquíssimas chances de ascensão na escala social. O preconceito racial não se reduz a uma mera prevenção diante de alguém diferente, de outra etnia. Muito mais que isso, ele é uma prática social permanente, velada ou explícita, que cria obstáculos à participação, proíbe a entrada em bares e clubes, e leva as prisões a terem um percentual de negros muito superior à proporção existente na sociedade, mesmo entre as camadas mais pobres. É aí que se pode ver o resultado do lema policial, segundo o qual negro parado é suspeito; correndo é culpado.

Os aspectos econômicos da dominação racial existente no Brasil podem ser avaliados através de alguns números que são apresentados no quadro à direita.

E, finalmente, para atestar a segregação existente no campo político, basta uma passada de olhos na composição étnica do Congresso Nacional, dos vários ministérios já constituídos, dos altos escalões do Judiciário. Ou até mesmo olhar os rostos dos prefeitos que são eleitos mesmo nas áreas de predomínio da população negra, como a Bahia.

É preciso ressaltar, no entanto, que a história da opressão racista também a história da resistência da luta do povo negro. Zumbi dos Palmares é, provavelmente, o mais forte símbolo da liberdade e da luta popular que podemos ostentar ao longo de toda a história do Brasil. Apesar de toda a adversidade, a população negra luta e se afirma. Na produção artística, no esporte, na música, no rito religioso e também na luta social, através de centenas de organizações espalhadas por todo o país.

A questão racial obviamente não pode ser objeto de preocupação apenas dos negros. O combate ao racismo e a todos os tipos de discriminação deve ser um compromisso de todos os que lutam por justiça. Até porque ninguém poderá falar na existência de uma sociedade democrática enquanto negros e brancos não desfrutarem idênticas oportunidades de acesso ao trabalho, à vida e à felicidade.

Dados comparativos

	Negro	Branco
	S	
Percentual no total da população	45,0%	55%
Percentual de trabalhadores em ocupações não manuais, nível superior, empresários	2,7%	10,3%
Percentual de trabalhadores em ocupações manuais urbanas	55,1%	52,4%
Percentual de trabalhadores em ocupações manuais rurais	33,8%	18,9%
Percentual de trabalhadores que recebem até um salário mínimo	26,0%	16,0%
Percentual de trabalhadores que recebem mais de dez salários mínimos	1,0%	4,0%
Taxa de analfabetismo	40,0%	25,0%

A população negra soma 45% da população brasileira e representa aproximadamente 40,2% de nossa força de trabalho. Recebe, no entanto, apenas 25% do total de rendimentos. Na faixa de trabalhadores que recebem até um salário mínimo, os negros representam quase o dobro dos brancos. No alto da pirâmide salarial, a relação se inverte: há quatro vezes mais brancos que negros ganhando acima de 10 salários mínimos.

Fonte: IBGE 1980 e convênio Dieese, Seade e Unicamp - 1987.

POLÍTICAS DE GOVERNO

A elaboração das políticas sociais para a população negra, no Governo da Frente Brasil Popular, estará baseada nos seguintes princípios:

1. Respeito à autonomia do movimento negro;
2. Apoio às lutas dos povos oprimidos da África e dos negros de outros continentes; repúdio aos países que tenham institucionalizado qualquer tipo de discriminação; reorientação das prioridades da política externa em relação ao continente africano e rompimento das relações diplomáticas com a África do Sul;
3. Definição de políticas especiais dirigidas à população negra, que acionem mecanismos de mobilidade social, visando a promoção diferencial desses segmentos, a saber:
 - assegurar através de leis e fiscalização o combate ao racismo no trabalho;
 - assegurar que os currículos didáticos contemplem e respeitem as diferentes etnias que conformam a população brasileira;
 - assegurar, através de leis a fiscalização rigorosa e o combate à veiculação de preconceitos de qualquer tipo por intermédio dos meios de comunicação social;
 - criar um programa especial de combate ao racismo, desenvolvendo campanhas educativas permanentes;
 - criar no âmbito de cada ministério grupos de trabalho para diagnosticar, propor e subsidiar medidas governamentais de combate ao racismo;
 - democratizar, reequipar e reorientar a atuação da Fundação Cultural Palmares, colocando-a a serviço do fomento da produção cultural de origem africana.

VIDA DE PIXOTE

O cinema brasileiro prestou um bom serviço à consciência nacional quando levou à tela o drama de Pixote, menino infrator, pivete, que termina morto na malha de um enredo policial que se repete todo dia no país. A vida imitou a arte. Anos depois, o jovem em que se tinha convertido o garoto-ator foi metralhado pela polícia, que o apontava como delinqüente, morrendo num miserável barraco de Diadema.

A questão da criança no Brasil é um tema muito forte. As estatísticas indicam que temos no país 32 milhões de menores carentes e mais 7 milhões de abandonados. Carentes são todos os que vivem em famílias cuja renda mensal não ultrapassa dois salários mínimos. São consideradas abandonadas as crianças que têm vínculo familiar precário, 500 mil entre elas abrigadas nas mais diferentes instituições públicas ou privadas.

Esses números formam a base principal em que se deve apoiar uma intervenção transformadora. Não que as discriminações e o descaso governamental diante do menor estejam restritos às camadas de baixa renda. Afinal de contas, uma sociedade guiada pela ganância capitalista, em sua variante mais selvagem e concentradora, não teria porque manifestar interesse especial por quem ainda não está em idade de produzir lucros, mesmo quando se trata de uma criança de padrão social superior.

Qual cidade do país tem um número satisfatório de parques? Onde é que o trânsito foi concebido para garantir às crianças a liberdade de atravessar ruas e avenidas com segurança? Em que zona rural existem programas de ocupação dos menores em atividades culturais? Que canal de TV ajuda a divulgar procedimentos pedagógicos aos pais, contribuindo para acabar com os 150 mil espancamentos graves de filhos, que se estima anualmente, gerando centenas de casos de morte?

A desatenção do Estado e da própria sociedade frente à problemática da criança produz seus efeitos mais criminosos nas camadas de baixa renda, onde inexiste a alternativa dos serviços particulares (de ensino, de esportes, de educação artística etc.).

É na faixa mais pobre que se encontram as proles maiores. É aí que se localizam as 8,5 milhões de crianças entre 7 e 10 anos que não encontram vagas nas escolas. E também se situam aí as milhares de crianças atendidas pela Funabem e órgãos afins, numa tentativa muitas vezes inútil de cortar a ponte entre marginalidade social e criminalidade.

Por tudo isso, torna-se evidente que o governo da Frente Brasil Popular, ao planejar suas políticas sociais para o menor, deve concentrar sua atenção e seus recursos, prioritariamente, nas camadas mais carentes da população. Se não modificarmos com urgência esse quadro de abandono que prende milhões de menores, estarão seguramente comprometidos todos os planos de transformação do Brasil numa sociedade justa.

A reversão dessa realidade depende, essencialmente, das mudanças globais a serem introduzidas nas políticas de renda, de salários, de habitação, de ampla escolarização etc.

Mas a elas é preciso somar medidas específicas entre as quais podemos citar:

1. criação do Conselho de Defesa dos Direitos das Crianças e Adolescentes, com participação de representantes da sociedade civil, para definir e encaminhar políticas junto aos ministérios, em proteção ao menor;
2. promover rigorosa e permanente fiscalização do trabalho da criança quer seja nas empresas, quer seja nas ruas, visando eliminar os riscos e a exploração de que são vítimas;
3. transformar imediatamente os estabelecimentos da Funabem em escolas de tempo integral, visando a abolição do regime de internato;
4. apoiar, inclusive financeiramente, programas de liberdade assistida para menores com problemas leves de conduta.

DA ESCOLA AO TRABALHO

Sem limites cronológicos exatos, existe uma etapa na vida em que já não somos crianças, sem sermos ainda adultos. É um tempo difícil de transição. Tempo duro, em países como o Brasil, apesar de toda a mística tradicional envolvendo os anos da juventude.

Pesquisas do IBGE mostram que 30% dos menores entre 10 e 17 anos estão no mercado de trabalho, ocupando posições desqualificadas. Isso representa quase 15 milhões de jovens trabalhadores, dos quais 26,4% sequer possuem carteira assinada.

Pelos dados do recenseamento de 1980, exerciam atividade econômica 1,8 milhões de pessoas com idade entre 10 e 14 anos, sendo que 90% delas recebiam remuneração não superior a um salário mínimo. Na mesma faixa salarial ficavam 60% dos 6,2 milhões de jovens entre 15 e 19 anos, que participam do mercado de trabalho.

O significado desses números é claro: o agravamento das condições de vida da classe trabalhadora leva parcelas importantes da juventude a ingressar prematuramente no mercado de trabalho, em prejuízo de sua formação educacional. No trabalho, sua condição de menores de idade, geralmente solteiros e sem experiência profissional facilita aos empregadores a adoção de salários aviltantes.

No campo, esse quadro é ainda mais sério, tanto pela dificuldade maior de acesso ao ensino, quanto pelo fato de receberem salários ainda mais rebaixados, sendo bastante generalizada a prática de trabalhar com os pais, sem qualquer remuneração.

No terreno do ensino, a vida do jovem também encontra barreiras difíceis. Como reflexo disso, em 1983 apenas 30% dos que tinham entre 15 e 25 anos estudavam. De cada 100 alunos matriculados na primeira série do 1º grau, 20 chegam ao 2º grau, 11 o concluem e somente 8 entram na universidade. Apenas 2,8% do PIB brasileiro são investidos em educação, quando a média do continente é de 3,9%, situando o Brasil em 16º lugar.

Na década de 60, 70% do ensino universitário brasileiro era público. Hoje a realidade é outra, com o ensino privado abrangendo 75% das vagas existentes.

Os problemas do jovem não se limitam ao mundo do trabalho e do ensino. Há poucas opções na área do lazer e do esporte, existem todas as complicações ligadas ao serviço militar para os homens, os riscos de violência e assaltos, à noite, voltando das aulas, especialmente no caso das moças.

Tudo isso configura um quadro de injustificável discriminação, que necessita ser combatido a partir das seguintes medidas de governo:

1. No campo educacional:

- fortalecimento da rede pública, com melhoria da qualidade do ensino, aumento da oferta de vagas e priorização do 1º grau;
- recuperação e valorização da universidade pública;

2. No mercado de trabalho:

- estabelecimento de uma política específica de empregos, com estágios garantidos e remunerados para os jovens;
 - garantia de contrato de trabalho, acompanhado dos direitos sociais correspondentes e de estabilidade;
3. Cultura, esportes e lazer:
- incentivo à criação de teatros, bibliotecas e museus, valorizando a produção científica e literária;
 - construção de centros esportivos, recreativos e de lazer, através de convênios com municípios, estados e instituições;
 - fomento ao turismo juvenil/ estudantil, ampliando as possibilidades de albergues e moradias estudantis e fixando-se descontos nos preços de passagens.

O PAÍS PRECISA DE TODOS

O preconceito acumulado por várias gerações consolidou uma visão de que os portadores de deficiência seriam "incapazes", confundindo-se a pessoa com a deficiência de que é portadora. No utilitarismo próprio da sociedade capitalista, as pessoas são avaliadas por sua capacidade de gerar lucros, marginalizando-se os considerados "deficientes".

Desse modo, a sociedade se estrutura e o espaço social é planejado sem levar em conta o convívio dos portadores de deficiência, proibindo-lhes, assim, o exercício da cidadania. Provas disso estão presentes nas barreiras arquitetônicas (prédios sem condições de circulação de pessoas com bengalas, muletas ou cadeiras de roda), no trânsito (falta de sinalização sonorizada para cegos), nos meios de comunicação (falta de filmes legendados), na carência de recursos pedagógicos especiais (para quem tem deficiência mental, auditiva, visual), na inexistência de acesso ao mercado de trabalho etc.

A reversão desse quadro de discriminação exige a combinação de pelo menos três fatores: políticas públicas voltadas para garantir aos portadores de deficiência o exercício pleno da cidadania; combate à ideologia discriminatória dominante no capitalismo; e a vigorosa participação dos próprios portadores de deficiência.

Este último elemento tem dado passos importantes nos últimos dez anos. Entidades DE portadores de deficiência passam a coexistir com entidades PARA portadores de deficiência (APAE, AACD etc), que apesar de terem desempenhado um papel positivo, sempre se ativeram a uma perspectiva assistencialista. Predomina nelas uma abordagem particularizada e despolitizada, apoiada na ação de técnicos e profissionais que cuidam dos portadores de deficiência como pessoas tuteladas.

Hoje, as novas organizações adotam uma postura de autodeterminação, guiando-se pelo entendimento de que "nós, portadores de deficiência, podemos e temos que falar por nós mesmos".

Tais avanços já impedem a repetição de atitudes como aquela assumida pelo general Figueiredo, em 1980, que nomeou uma Comissão Nacional para o Ano Internacional das Pessoas Deficientes (programado pelas Nações Unidas), sem a presença de *nenhum* portador de deficiência ou membro de suas entidades representativas.

Estatística das Deficiências em 1986

Tipo	Quantas pessoas	Porcentagem da população
Corporal	2.600.000	2,0%
Auditiva ou de fala	1.690.000	1,3%
Visual	910.000	0,7%
Múltiplas	1.300.000	1,0%
Total	6.500.000	5,0%

Por isso, toda a política da Frente Brasil Popular diante da questão deveria estar assentada na participação dos próprios portadores de deficiência na definição

das políticas de governo, através de suas organizações autênticas. Um primeiro compromisso está em acelerar a regulamentação de todas as conquistas constitucionais logradas por esse movimento em 1988, carecendo muitas delas de leis ordinárias disciplinadoras e, praticamente todas, de aplicação prática. Essas organizações serão chamadas a participar decisivamente na elaboração de uma POLÍTICA NACIONAL DE INTEGRAÇÃO SOCIAL, que inclua uma ampla revisão dos mecanismos e dos recursos governamentais. Parte desse trabalho será a rediscussão de órgãos como a CORDE (Coordenadoria para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência) e da LBA (Legião Brasileira de Assistência). Além disso, é fundamental aplicar políticas gerais de prevenção das deficiências, acabando com a desnutrição infantil, que gera seqüelas permanentes e mata duas crianças a cada cinco minutos, dos acidentes de trânsito, que chegam a matar 50 mil por ano, deixando muitos milhares com deficiências definitivas, e dos acidentes de trabalho, que são da ordem de 1 milhão por ano.

REFORÇAR AS RAÍZES

Tudo o que nos cerca, sem ser fruto do trabalho - a serra, o rio, a árvore, o mar, os pássaros – é *natureza*. Quando o trabalho humano faz da árvore mesa e da terra alimentos, quando do rio tira eletricidade e do vôo do pássaro intui princípios de aviação, estamos produzindo *cultura*.

Cultura não é, portanto, apenas o livro, a música, o teatro, a dança ou as lições ensinadas na escola. É tudo aquilo que o ser humano faz: o poço, o feijão com lingüiça, a roça, a roupa, o sindicato. Transformando a natureza, fazemos cultura e ao fazermos cultura construímos a história humana, imprimindo nela nossa *identidade*, tão importante para um povo quanto a raiz para uma árvore.

Não é por outra razão que, ao longo dos séculos, todas as histórias de conquistas passaram sempre pelo ataque à cultura do povo agredido. Desagregadas as raízes culturais, estavam abertas as portas para impor a submissão.

No mundo atual não é diferente. A lógica de dominação se sofisticou, mas mantém a mesma essência. Antes das armas, as multinacionais preferem as ondas de telecomunicações, o rádio, o controle financeiro sobre toda a produção cultural.

Quando, num país, os governantes não se opõem a tal invasão, gera-se um ambiente semelhante ao que temos aqui: ou estamos subjugados por uma poderosa indústria cultural que decide antecipadamente sobre o sucesso das músicas lançadas, dos livros que serão bem vendidos e dos filmes que lotarão os cinemas, ou assistimos a programações culturais com apoio governamental que só raramente valorizam as manifestações de cunho popular.

Pouco importa saber se cada agente da cultura oficial está ou não consciente disso. Objetivamente, o que está em curso, há muitos anos, agravando-se com a recente expansão das redes de televisão, é uma profunda corrosão de nossas raízes culturais.

Por tudo isso, a Frente Brasil Popular, em seu programa de transformações, atribui grande importância à questão e planeja desenvolver políticas que efetivamente revertam a realidade atual.

Diretrizes gerais

1. Criar e aprimorar mecanismos que preservem e fortaleçam a identidade cultural das diversas regiões do Brasil, estreitando os laços entre essa diversidade regional e a universalidade da produção cultural. Em outras palavras: Não relegar o cantador do Nordeste a uma posição de inferioridade diante do rock; estimular o leitor de Drummond, Vinícius e Cecília Meireles a conhecer também o poeta da Amazônia; abrir espaço na TV à cultura do Xingu, do candomblé baiano e do colono gaúcho, sem esquecer Beethoven e o Bolshoi;
2. Apoiar e fortalecer a organização de entidades representativas dos diversos setores culturais e artísticos;
3. Desenvolver a produção e difusão das diversas manifestações artísticas e investir na pesquisa, na memória, no experimento e no ensaio, reconhecendo que são ilimitadas as possibilidades de produção cultural;
4. Descentralizar a ação cultural, combatendo os monopólios e oligopólios, de modo a diversificar a produção de eventos e democratizar o acesso aos espaços e meios de difusão cultural;
5. Combater toda forma de censura política, ideológica ou artística, introduzindo o serviço meramente classificatório, com efeito indicativo.

COMBATER DENTRO DO DIREITO

Criminalidade e segurança se tornaram nesta década uma presença dominante nos discursos de políticos e nas notícias dos jornais. A situação é grave, especialmente nas grandes cidades. De todos os índices, talvez o mais dramático seja aquele que aponta a diminuição, nos últimos 20 anos, da faixa etária de maior incidência de praticantes de crimes, que agora acusa forte presença de meninos a partir de 12 anos de idade. Não pode haver dúvida de que essa situação se relaciona com os indicadores sociais que definem a qualidade de vida da população.

A violência tem uma base econômica, pois a flagrante desigualdade é solo fértil para que as relações sociais degenerem. Tem também uma base política: numa sociedade em que é baixa a cidadania, legitimam-se entre ricos e pobres diversas formas de marginalidade. Se a isso se somam justificadas suspeitas de má conduta dos governantes, aumenta o estímulo aos comportamentos desviantes em todo o aparato de Estado e na sociedade.

A violência tem ainda uma base cultural e moral, pois é realimentada todos os dias pelos valores que incentivam a desigualdade nas mais diversas áreas de convívio social. Além disso, o machismo, o racismo e outros preconceitos também constituem suporte para vários tipos de violência.

Nas últimas décadas, as práticas ilegais cresceram em todas as camadas da população. A sonegação de impostos, a burla da legislação trabalhista, a exploração predatória dos recursos naturais nunca foram tão difundidas, impunes e socialmente legitimadas no Brasil. Mas a noção de crime divulgada pela imprensa e aceita pelo Estado é quase tão-somente aquela que incrimina os pobres (crimes contra o patrimônio), esquecendo completamente as contravenções que ajudam a acumular capital.

Essa situação determina a estrutura e o funcionamento de todo o aparato policial, bem como seu relacionamento com as diversas classes sociais. Como consequência, a desigualdade do sistema punitivo é flagrante. A condenação tem sido, entre nós, um amargo privilégio dos pobres, que constituem praticamente toda a população carcerária.

A POLÍTICA DA VIOLÊNCIA

A transformação da violência urbana em problema nacional de primeira ordem é um fato muito recente em nossa história, logo apropriado pelos políticos conservadores e pela imprensa sensacionalista. Não é difícil desmascarar os mecanismos ideológicos e sociais que estão por trás dessa situação.

Existem bandidos em todas as camadas sociais. Quando o bandido é pobre ou ignorante, sua ação é precária, bruta, imediata, desdobrando-se numa violência direta contra alguém. É uma violência visível, facilmente isolável, logo repudiada por todos. Esse bandido é um alvo fácil, e a polícia se encarrega de interromper sua ação.

Quando o bandido é rico, a coisa é diferente. Sua ação nunca é diretamente individual, nem reconhecível. O bandido rico não usa da violência direta e sua brutalidade não aparece. Ele usa corrupção e má-fé, manipula números, dinheiro,

cheques, ações, papéis e cargos. Não atinge uma pessoa de forma individual, mas milhares. Como tem muito poder, a polícia raramente é colocada contra ele e, pela natureza dos seus crimes, quando isso acontece é sempre mais difícil reunir as provas. Por isso, o bandido rico tem menos limites que o bandido pobre. A manipulação política da criminalidade não é gratuita: o medo sempre foi uma arma dos poderosos. O potencial político dessa questão salta à vista: é o único tema social importante que não leva água, automaticamente, para o moinho da democracia e do fortalecimento da justiça. O tratamento de todas as demais questões fortalece rapidamente as idéias de ampliação das liberdades e de reformas sociais, enquanto o temor generalizado pode ajudar na legitimação passageira de soluções autoritárias. Por essa brecha penetra a extrema direita com um discurso favorável à pena de morte, à intervenção das Forças Armadas, à prisão sem mandado judicial etc.

POLÍCIAS E CADEIAS

O povo deseja mais segurança, mas não confia na polícia que tem. É uma situação antiga, agravada durante o regime militar. Nessa época, o aparato policial sofreu um processo – ainda não revertido - de centralização e militarização, com o controle direto do Ministério do Exército sobre as polícias militares estaduais.

O poder policial sempre foi muito maior e mais autônomo do que o previsto por lei. Mas a violência do Estado não é capaz de extinguir a violência urbana: forma com ela um círculo vicioso que precisa ser rompido como um todo. A insegurança geral produzida pela "guerra urbana permanente" não vai diminuir através do aumento do poder de uma polícia tradicionalmente estranha à população e que freqüentemente se volta contra ela. Precisamos de governos comprometidos com a qualidade das polícias, que devem ser bem equipadas, compostas de pessoal preparado, ágeis, seguras em agir dentro da lei e do respeito à pessoa humana.

O preço de uma segurança conseguida à s custas de uma polícia despreparada, superpoderosa e presente em toda parte é a nossa intimidação. O enquadramento autoritário de toda a população acaba provocando mais insegurança em cada cidadão.

Não pode haver dúvida de que é mais fácil - além de mais razoável - dar um emprego para cada brasileiro do que uma cela para cada desempregado.

Que cela! De modo geral, as prisões brasileiras são calabouços fechados, nos quais os presos são submetidos a processos de humilhação e aniquilamento que agridem qualquer sociedade civilizada.

A crise do sistema carcerário é evidente e não existem perspectivas a curto e médio prazo para seu equacionamento. Para que se tenha uma exata dimensão do problema, lembre-se que o número de presos do país era estimado pelo Ministério da Justiça, em agosto de 1988, em 84 mil, enquanto o número de vagas nas prisões era de 42 mil. Havia, ainda, 250 mil mandados de prisão expedidos e não cumpridos.

Apesar desse quadro dramático, o atual governo paralisou as obras de construção de cadeias-modelo nos estados, que objetivavam reestruturar o sistema penitenciário nacional. Não havia verbas, justificava e nenhuma medida alternativa foi tomada.

Na verdade, a questão penitenciária não pode ser equacionada com a simples construção de novos presídios, na forma tradicional, esquecendo-se o papel fundamental da família e da comunidade na recuperação do detento. A gravidade

desse quadro exigirá a adoção de soluções de curto e médio prazo, de acordo com o princípio das unidades integradas, com desconcentração dos presos para estabelecimentos de pequenas dimensões, onde o detento permaneça sob supervisão de um juiz e tenha atividades que possam desenvolver seu potencial profissional e espiritual.

SEGURANÇA SIM, VIOLÊNCIA NÃO

É preciso perseguir maior integração entre os sistemas policial, judiciário e penitenciário, de modo a melhorar a vinculação entre as diversas instâncias que lidam com a questão. As prisões e delegacias superlotadas, as pessoas que ficam meses e até anos encarceradas sem ver seu processo andar, os inúmeros casos de condenados que permanecem nas prisões depois do fim das suas penas - tudo isso contribui para desmoralizar um sistema que deveria garantir tranquilidade e fazer justiça.

Queremos mais segurança e não mais violência. O aparato policial deve ser reformulado qualitativamente, reforçando seu caráter preventivo e investigativo, colocando-o a serviço da população. Para tanto, as comunidades devem ter canais de comunicação e controle da atividade policial. A tranquilidade do cidadão só será garantida quando a população sentir que pode contar com o apoio da polícia e do judiciário. Para tal, é importante criar um sistema nacional de informações criminais, com terminais de computador nas organizações policiais e judiciárias, bem como controlar rigorosamente a venda de armas.

Propomos, ainda, modificar o Conselho de Defesa da Pessoa Humana, tal como existe hoje no âmbito federal. Ele deverá ser um órgão ágil e influente na proteção de todos os direitos humanos, auxiliando e ao mesmo tempo fiscalizando a ação do poder público em todos os níveis. No exercício de suas funções, os membros do Conselho poderão ingressar em quaisquer estabelecimentos e repartições públicas, de dia ou à noite, sem necessidade de autorização prévia ou especial, lavrar flagrantes de crimes de abuso de autoridade, representando a seguir ao Ministério Público. Esse Conselho será um instrumento fundamental para garantir que o combate à violência criminal jamais ultrapasse os limites dos Direitos Humanos.

NAS LUTAS DE HOJE, O SOCIALISMO DE AMANHÃ

Ao longo desses cinco fascículos vimos como são graves e crônicos os problemas da sociedade brasileira: baixos salários, desigualdades sociais, dívida externa, conflitos rurais, menores abandonados, preconceitos e tantos outros fatores que caracterizam uma nação em crise.

São os frutos de uma árvore que só dá sombra à minoria de 14 milhões de brasileiros que embolsam 47% da renda nacional. A maioria da população fica exposta às crescentes dificuldades da luta pela sobrevivência e à pobreza que cerca 62 milhões.

Não se salva uma árvore cortando os frutos amargos. É preciso ir às causas, à raiz da árvore. Dentro do sistema capitalista, estamos condenados a ser uma nação periférica e marginal, fornecedora de matérias-primas, de mão-de-obra barata, de mercado às multinacionais, de juros aos banqueiros internacionais. Em resumo: uma nação explorada.

Toda a nossa história política é a história da exploração dos trabalhadores pela elite que gerencia os interesses do capital nacional e internacional. Isso se reflete na má qualidade de vida da maioria do povo brasileiro, privado de saúde, de alimentação adequada, de instrução escolar, de moradias decentes, de trabalho estável, de transporte eficiente, de terra para plantar, de salários dignos.

Porém, a nossa história é também a história das lutas dos trabalhadores por sua libertação. Nunca os habitantes deste país aceitaram viver dominados. Os índios se recusaram a trabalhar nas lavouras, os escravos se rebelaram e formaram os quilombos, os operários construíram seus sindicatos, os lavradores ocuparam terras. E, nos últimos anos, uma imensa rede de movimentos sociais se estendeu pelo Brasil. O povo se organizou em associações de moradores, clubes de mães, comunidades eclesiais de base, entidade de proteção dos Direitos Humanos, movimentos de índios, de mulheres, de negros, de jovens, de portadores de deficiência, de defesa do meio ambiente e de luta pela terra. O sindicalismo combativo se fortaleceu e construiu a CUT, que hoje representa mais de 15 milhões de trabalhadores. Os movimentos populares começam a se articular rumo à criação de uma central nacional.

Na prática, fomos conquistando maior acúmulo de forças. Através dos movimentos sociais, da ação partidária, da luta parlamentar e das administrações municipais populares vamos ampliando espaços políticos e criando condições para reorganizar a sociedade brasileira mediante transformações profundas.

Se não há saída no sistema capitalista para a classe trabalhadora, o socialismo é a alternativa histórica nesta etapa da evolução da humanidade. Só através do socialismo haverá condições de deter a sangria de recursos humanos e materiais, imposta ao Brasil pelos países ricos, devolvendo ao povo as riquezas geradas por seu trabalho.

Construiremos um socialismo com democracia, com liberdade de organização, rejeitando as concepções burocráticas e a visão do partido único.

Entendemos que só o socialismo tornará possível a existência de uma plena democracia, da plena liberdade para todos, de uma real igualdade social, o atendimento as necessidades humanas fundamentais, um efetivo equilíbrio ecológico, a plena emancipação das mulheres e das pessoas de todas as raças.

Só no socialismo será possível gerar, na escala de milhões, homens novos e mulheres novas, dispostos a lutar, a produzir, a criar, a crescer, não mais pela via do individualismo e das ambições egoístas, mas pelo caminho da solidariedade.

As mudanças precisam e podem começar já. O novo precisa e pode ir crescendo no seio da velha sociedade capitalista, enquanto vamos gestando, nas lutas do dia-a-dia, as sementes de um mundo melhor.

É com a consciência do desafio histórico que esta luta representa, e com a vontade política de enfrentar e vencer os obstáculos, com imensa confiança na força organizada dos trabalhadores e do povo que a Frente Brasil Popular apresentou suas propostas alternativas, por uma nova sociedade e por um novo governo, democrático e popular.

Vamos mudar a cara do Brasil!